

1 - RELATÓRIO INTEGRADO DE 2017

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., sociedade de capital fechado, empresa pública, estatal dependente, controlada pela União Federal e vinculada ao Ministério da Saúde, apresenta o Relatório Integrado conforme prevê a Lei nº 13.303/2016 e o conteúdo previsto pela Lei nº 6.404/76, no que se refere ao Relatório da Administração, contendo as Demonstrações Contábeis. Esse relatório apresenta o desempenho da Instituição em seus aspectos operacionais, financeiros e orçamentários, em cumprimento a sua Missão e com o propósito de prestar serviços na área da saúde e ações de ensino e pesquisa.

O objetivo do Relatório Integrado 2017, é compartilhar com a sociedade o desenvolvimento das nossas ações visando o fortalecimento e qualidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse exercício tínhamos como desafio a necessidade de avançarmos de forma ágil nos processos relacionados à aderência da instituição à Lei nº 13.303/16 e Decreto nº 8.945/16, bem como o aperfeiçoamento do ambiente de controle interno e da abordagem preventiva a riscos corporativos.

Neste cenário, ganha relevância o nosso compromisso com os instrumentos de Governança, balizadores da gestão. Entre os avanços obtidos pela instituição, podemos destacar a adequação integral do Estatuto Social com a inclusão das unidades de governança, riscos, conformidade e ouvidoria; o ajuste do Planejamento Estratégico; a construção e divulgação da Política de Gestão de Riscos; e a implantação do Programa de Integridade, incluindo a criação da Comissão de Ética e Conduta e do Canal de Denúncias. Todas as práticas citadas nos possibilitou a certificação de nível 3 no Indicador de Governança IG-SEST, o mesmo busca conformidade com as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência para as empresas estatais federais de controle direto da União (dependentes e não dependentes). O objetivo do Indicador é avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, e as diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR (Decreto nº 6.021/2007).

Através do desenvolvimento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), o GHC participou do Projeto Paciente Seguro. Podemos destacar o resultado obtido no cumprimento das metas de segurança do paciente preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), chegando a 100% de conformidade em algumas delas.

Diante às mudanças institucionais de aderência às boas práticas de gestão e tendo como foco principal a segurança e qualidade no atendimento à nossa população, instituímos uma nova visão para o futuro: "Ser uma instituição reconhecida nacionalmente por acolher e cuidar com qualidade e segurança". Consolidando o caminho a ser percorrido e fortalecendo nossa missão, que é "Oferecer atenção integral

à saúde pela excelência no ensino e pesquisa, eficiência da gestão, comprometimento com a transparência, segurança organizacional e responsabilidade social", o Planejamento foi desdobrado em oito Objetivos Estratégicos, divididos em três perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Inovação e Crescimento. Para alcance dos nossos Objetivos, estes foram desdobrados em 43 Iniciativas Estratégicas. Há ainda mais dois níveis abaixo das iniciativas considerados níveis tático e operacional.

Conhecer os riscos aos quais estamos sujeitos e pensar nas melhores formas de mitigá-los são atividades essenciais para alcançarmos os resultados que almejamos; para tanto foram identificados os Riscos Estratégicos. Na nossa instituição, essa prática é norteada pela nossa Política de Gestão de Riscos, um documento que explica como devem ser feitas a identificação, avaliação e mitigação dos fatores que oferecem riscos à organização.

Os estabelecimentos de saúde provocam alto impacto ambiental. A sustentabilidade ambiental envolve a utilização de uma série de mecanismos para contribuir com a minimização desses impactos, e a preocupação com esse tema pode ser vista em um de nossos valores institucionais. Dessa forma, visamos ao crescimento institucional sustentado, com valores e práticas de gestão na perspectiva da minimização de custos e da preservação da saúde ambiental. Além disso, nosso Código de Ética e Conduta contém regra explícita para cumprimento das normas de preservação do meio ambiente, especialmente no que tange ao descarte dos resíduos, conforme as normas do Programa de Gerenciamento de Resíduos de Saúde e outras normas do Grupo.

Com a construção da subestação de energia, que entrou em funcionamento no final de 2017, propiciará uma expansão do complexo do Hospital Conceição e Hospital da Criança com a incorporação de novos prédios, entre eles destacamos o Centro de Oncologia e Hematologia do GHC, cuja construção iniciou em fevereiro de 2018, bem como outros que estão em fase de projeto. Além disso, a nova subestação permitirá a qualificação das áreas por meio da aquisição e instalação de equipamentos médicos de grande porte e conforto térmico com sistemas modernos de climatização para usuários e funcionários das unidades hospitalares.

Seguiremos na busca do atingimento dos nossos objetivos estratégicos, e, para isso, estamos trabalhando no aprimoramento de nossas estruturas de controle e governança, a fim de promover mais eficiência e agilidade na tomada de decisões, sempre pautados pela segurança e conformidade. Para isso, contamos com profissionais dedicados e qualificados que são fundamentais para cumprir com esse desafio.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2018
A Diretoria

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

2.1 - BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
	NOTA	2017	2016		NOTA	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		108.416	129.628	PASSIVO CIRCULANTE		2.698.214	2.642.001
Caixa e equivalentes de caixa		48.461	37.088	Fornecedores		14.294	20.268
Contas a receber		24.844	35.190	Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	(11)	2.188.781	2.055.191
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(4.314)	(4.184)	Obrigações trabalhistas		1.739	28.804
Estoques	(5)	11.143	10.519	Obrigações tributárias		-	3
Adiantamentos a empregados		14.493	12.528	Obrigações com órgãos governamentais		-	69
Tributos a recuperar		1.000	1.153	Provisões trabalhistas		111.545	103.763
Depósitos vinculados ou restituíveis	(6)	7.048	33.072	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(12)	373.919	409.345
Outras contas a receber		14.060	10.653	Subvenções e assistências governamentais	(13)	1.139	15.048
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(8.412)	(6.470)	Empréstimos e financiamentos	(15)	-	1.246
Despesas antecipadas		93	79	Outras contas a pagar		6.797	8.264
ATIVO NÃO CIRCULANTE		379.230	376.208	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		880.274	526.918
Realizável a longo prazo	(7)	86.689	94.463	Subvenção e assistências governamentais	(13)	-	144.641
Investimentos	(9)	5.706	5.871	Adiantamentos para futuro aumento de capital	(14)	445.807	-
Imobilizado	(10a)	285.943	274.982	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(12)	434.230	381.954
Intangível	(10b)	892	892	Outras contas a pagar		237	323
TOTAL DO ATIVO		487.646	505.836	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(3.090.842)	(2.663.083)
				Capital social	(16)	7.446	7.446
				Reserva de reavaliação em bens próprios		18.978	19.363
				Ajustes de avaliação patrimonial	(17)	47.048	48.107
				Prejuízos acumulados		(3.164.314)	(2.737.999)
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		487.646	505.836

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

2.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	NOTA	2017	2016
RECEITA BRUTA	(11c)	1.427.537	1.358.704
Prestação de serviços		197.638	218.129
Subvenções para custeio	(13)	1.229.899	1.140.575
Deduções da receita bruta		-	(1.338)
Impostos sobre serviços	(11c)	-	(1.338)
RECEITA LÍQUIDA		1.427.537	1.357.366
Custo dos serviços prestados	(11c)	(1.495.991)	(1.392.742)
(PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		(68.454)	(35.376)
(Despesas) receitas operacionais		(51.939)	546.217
Despesas gerais e administrativas	(11c)	(158.306)	(134.529)
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(11c)	(121.004)	(141.695)
Reversão de provisões	(11c)	449	237.839
Outras receitas operacionais	(11c)	226.922	584.602
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(120.393)	510.841
Despesas financeiras	(11c)	(311.502)	(221.789)
Receitas financeiras	(11c)	4.136	10.953
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(427.759)	300.005
Provisão para contribuição social	(11c)	-	(2.267)
(PREJUÍZO) OU LUCRO DO EXERCÍCIO	(20)	(427.759)	297.738
(PREJUÍZO) OU LUCRO POR AÇÃO – EM R\$		(3,78)	2,63

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

2.3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2017	2016
(PREJUÍZO) OU LUCRO DO EXERCÍCIO atribuível ao controlador	(20)	(427.759)	297.738
Ganho patrimonial com baixa da provisão da CSLL diferido sobre a reserva de reavaliação devido à isenção reconhecida pelo Certificado de Entidade de Assistência Social - CEBAS		-	964
Ganho patrimonial com baixa da provisão de CSLL diferido sobre ajustes de avaliação patrimonial devido à isenção reconhecida pelo Certificado de Entidade de Assistência Social - CEBAS		-	4.425
RESULTADO ABRANGENTE atribuível ao controlador		(427.759)	303.127

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

2.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		7.446	18.783	44.741	(3.037.180)	(2.966.210)
Realização da reserva de reavaliação		-	(384)	-	384	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		-	-	(1.059)	1.059	-
Ganho patrimonial com baixa da provisão de CSLL diferida devido a isenção reconhecida pelo Certificado de Entidade de Assistência Social		-	964	4.425	-	5.389
Lucro do exercício	(20)	-	-	-	297.738	297.738
Saldos em 31 de dezembro de 2016		7.446	19.363	48.107	(2.737.999)	(2.663.083)
Realização da reserva de reavaliação		-	(385)	-	385	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(17)	-	-	(1.059)	1.059	-
Prejuízo do exercício	(20)	-	-	-	(427.759)	(427.759)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		7.446	18.978	47.048	(3.164.314)	(3.090.842)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

2.5 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2017	2016
RECEITAS		1.353.410	1.642.215
Prestação de serviços		197.638	218.129
Subvenção para custeio	(13)	1.229.899	1.140.575
Reversão da realização da subvenção para investimentos	(13)	(78.015)	-
Outras receitas		6.254	52.293
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(2.670)	(6.621)
Reversão de provisões		304	237.839
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(213.447)	(211.714)
Custo dos serviços prestados		(189.353)	(183.120)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(15.831)	(11.084)
Provisão para indenizações cíveis		(8.263)	(17.510)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.139.963	1.430.501
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(10a)	(19.874)	(18.773)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.120.089	1.411.728
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		4.136	10.953
Receitas financeiras	(11c)	4.136	10.953
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.124.225	1.422.681
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.124.225	1.422.681
Pessoal		1.230.459	1.159.705
Remuneração direta		1.088.828	1.025.475
Benefícios		62.311	59.386
FGTS		79.320	74.844
Impostos, taxas e contribuições		707	(266.489)
Federais		640	(266.555)
Municipais		67	66
Remuneração de capitais de terceiros		320.818	231.727
Juros		311.502	221.789
Aluguéis		9.316	9.938
Remuneração de capitais próprios (Prejuízo) ou lucro do exercício	(20)	(427.759)	297.738

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

2.6 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (Prejuízo) ou lucro do exercício	NOTA (20)	2017 (427.759)	2016 297.738
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	(10a)	19.874	18.773
Perdas estimadas com investimentos	(9)	193	3
Reversão das perdas estimadas com investimentos	(9)	(27)	(873)
Lucro na venda de imobilizado		-	(41)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	2.670	6.621
Custo do imobilizado baixado		348	417
Encargos financeiros sobre o AFAC		256.356	-
Realização das subvenções para custeio	(13)	(1.229.899)	(1.140.575)
Realização das subvenções para investimentos	(13)	(15)	(16.270)
Prejuízo do exercício ajustado		(1.378.259)	(834.207)
Variações nos ativos e passivos			
Redução em contas a receber		10.337	71
(Aumento) redução nos estoques		(624)	240
Redução (aumento) nos depósitos vinculados ou restituíveis		26.023	(658)
Redução (aumento) em outras contas a receber		1.953	(57.021)
(Redução) nos fornecedores		(5.974)	(6.350)
Aumento (redução) em imp. e contrib. com exigibilidade suspensa		133.589	(117.075)
Aumento (redução) nas provisões para inden. cíveis e trabalhistas		16.850	(103.502)
(Redução) em outras contas a pagar e provisões		(20.909)	(22.825)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(1.217.014)	(1.141.327)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Compras de imobilizado	(10a)	(31.182)	(41.061)
Recebimento por venda de imobilizado		-	41
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(31.182)	(41.020)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de subvenções para custeio	(13)	1.230.165	1.140.327
Recebimento de subvenções para investimentos	(13)	-	47.287
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	(14)	30.650	-
Empréstimos e financiamentos	(15)	(1.246)	(3.253)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		1.259.569	1.184.361
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		11.373	2.014
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		11.373	2.014
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.088	35.074
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		48.461	37.088
Composição do saldo do caixa e equivalentes de caixa		48.461	37.088
Disponibilidades em conta corrente		25.802	19.220
Disponibilidades em aplicações financeiras		22.659	17.868

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

2.7 – NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (em milhares de reais)

NOTA 1 - CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

Juridicamente o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. com sede em Porto Alegre - RS é uma sociedade de capital fechado, empresa pública, estatal dependente conforme define o art. 2º, inciso III da LC nº 101/00, controlada pela União Federal e vinculada ao Ministério da Saúde através do artigo 146 do Decreto nº 99.244/90. Está sujeita à Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, à Lei nº 4.320/64 e a Lei nº 13.303/16, com suas respectivas alterações e à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. Com a publicação da Portaria nº 2.116 em 20 de dezembro de 2016 no Diário Oficial da União tornou-se uma entidade beneficente de assistência social em saúde. Possui interesse social, é de utilidade pública e tem o fim exclusivo, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, de ensino técnico e superior, de pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do SUS, consoante às determinações do Ministério da Saúde.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC com base: (i) nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14); (ii) na opção pelo Regime Tributário de Transição - RTT de 2008 até 2014; (iii) na adoção das normas internacionais, em 2010, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido e (iv) nos ajustes referentes à adoção inicial da Lei nº 12.973/14, reconhecidos em subcontas, em 2015. As contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95. Os benefícios da isenção das contribuições obtidas com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS foram reconhecidos na contabilidade a partir de janeiro de 2015 com base em parecer jurídico. Em 15 de janeiro de 2018 a diretoria autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado do exercício quando utilizadas, conforme disposto no item 12 da NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, alterada e consolidada em 11 de dezembro de 2013 e aprovada pela Resolução CFC nº 1.305/10, de 25 de novembro de 2010.

b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

Constituída de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/15, e com o artigo 71 da Instrução Normativa SRF nº 1.700/2017 (nota 4).

c) Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (nota 5).

d) Investimentos

Os investimentos em fundos e em participações em outras empresas são adequados, anualmente, ao preço de mercado e os outros investimentos ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (nota 9).

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a utilização dos bens, suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias

em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada conforme contrato vigente até 22 de setembro de 2015. Em 2010 foi adotado o *custo atribuído* conforme Interpretação Técnica – ICPC 10, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado (nota 10a).

f) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (nota 10b).

g) Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa

São questionados em ações judiciais onde é solicitada a imunidade tributária (nota 11).

h) Provisões para contribuição social e imposto de renda

Embora isentos da contribuição social sobre o lucro líquido desde 2016, em função do CEBAS, o cálculo continua sendo processado e registrando seu valor na despesa contra o passivo circulante que, por fim, é baixado para receita de gratuidade. Em 2017, a base de cálculo foi negativa, em 2016 o valor registrado no passivo de R\$ 2.267 foi revertido. Desde 2015 com o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos a provisão para o imposto de renda deixou de ser calculada.

NOTA 4 - PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Ativo Circulante	2017				2016			
	Saldo inicial	Acréscimos	Baixas/transf.	Total	Saldo inicial	Acréscimos	Baixas/transf.	Total
Contas a receber								
Município de Porto Alegre	(4.154)	(137)	-	(4.291)	(6.556)	(4.307)	6.709	(4.154)
Órgãos públicos e outros entes – cessão de pessoal	-	-	-	-	(4.289)	-	4.289	-
Outros	(30)	(57)	64	(23)	(15)	(20)	5	(30)
Subtotal	(4.184)	(194)	64	(4.314)	(10.860)	(4.327)	11.003	(4.184)
Outras contas a receber								
Cessão de pessoal a Estados e Municípios	(6.126)	(1.862)	473	(7.515)	-	(2.063)	(4.063)	(6.126)
Cessão de Pessoal a outras entidades	(51)	-	-	(51)	-	(51)	-	(51)
Adiantamentos a empregados	(63)	(42)	36	(69)	(47)	(103)	87	(63)
Devolução e abatimento a fornecedores	(230)	(572)	25	(777)	(360)	(77)	207	(230)
Subtotal	(6.470)	(2.476)	534	(8.412)	(407)	(2.294)	(3.769)	(6.470)
Total	(10.654)	(2.670)	598	(12.726)	(11.267)	(6.621)	7.234	(10.654)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

NOTA 5 - ESTOQUES

Contas	2017	2016
Almoxarifados	8.855	8.199
Farmácias	1.174	1.391
Sub-almoxarifados	1.101	921
Estoques em poder de terceiros	13	8
Total	11.143	10.519

Os estoques se compõem de materiais de consumo a serem utilizados ou consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas/descrição	2017	2016
Retido de fornecedores – IN 06/2013	1.298	1.001
Saldo anterior	1.001	26
Depósitos	1.073	1.231
Rendimentos	39	26
Recebimentos	(47)	-
Baixa pelo pagamento	(768)	(282)
Cíveis	3.654	4.420
Saldo anterior	4.420	3.794
Depósitos	2.621	850
Rendimentos	243	254
Recebimentos	(64)	-
Baixa pelo pagamento	(720)	-
Baixa pela disponibilização ao reclamante	(2.846)	(478)
Trabalhistas	2.096	27.651
Saldo anterior	27.651	28.594
Depósitos	95.544	83.509
Rendimentos	1.572	1.859
Baixa por devolução ao reclamado	(5.378)	(1.459)
Baixa pelo pagamento	(69.597)	(84.852)
Baixa pela disponibilização ao reclamante	(47.696)	-
Total	7.048	33.072

Os valores retidos de fornecedores são em cumprimento a IN SLTI/MPOG nº 06/2013 e visam garantir que as empresas terceirizadas tenham recursos para pagar os encargos trabalhistas quando devido aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar. Os depósitos cíveis e trabalhistas são vinculados a ações com trânsito em julgado registradas no passivo circulante, em obrigações trabalhistas e em outras contas a pagar. Com a individualização dos depósitos em conta específica a favor do reclamante os depósitos foram baixados no final de 2017, visto que a responsabilidade pelo pagamento ao reclamante passa a ser da instituição financeira detentora do depósito.

NOTA 7 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	2017	2016
Créditos e valores de clientes (Município de Porto Alegre)	36.792	36.792
Créditos e valores (convênio)	-	7
Cessão de pessoal a estados e municípios	3.954	3.951
Depósitos judiciais cíveis	117	103
Depósitos judiciais trabalhistas	31.279	34.290
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - COFINS	4.239	5.883
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - ICMS	1.131	1.068
Créditos a receber de ações judiciais tributárias – Trib. Munic.	13.068	16.257
Créditos a receber de outras ações judiciais	63	63
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(3.954)	(3.951)
Total	86.689	94.463

a) Créditos e valores de clientes (Município de Porto Alegre/RS) – Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por prestações de serviços realizados pelo Hospital aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, através do município de Porto Alegre/RS, gestor do SUS no município, a título de complemento de faturamento. Os valores devidos destes incentivos, no total de R\$ 28.224, não eram conhecidos e, portanto não foram registrados na contabilidade do Hospital, no período de outubro de 2012 a agosto de 2016, nem foram repassados pelo Gestor do SUS. Oportunamente, foi identificado, extemporaneamente, em dezembro de 2016, a partir de incremento de análises internas pelo Hospital e estudos do direito ao crédito até então não conhecido, e portanto, não pleiteado. O montante foi incluído em ação judicial de cobrança quando foram acrescidos ao processo, outros créditos vencidos e não recebidos referentes a período de outubro de 2015 a outubro de 2016, no valor de R\$ 8.568 totalizando o saldo de R\$ 36.792.

b) Créditos e valores (convênio) – Se refere a valor repassado à entidade conveniada no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado parcelado em sessenta meses. Deste montante em 2017 estão registradas no ativo circulante 19 parcelas, 12 em 2016 e 8 no passivo não circulante no realizável a longo prazo.

c) Cessão de pessoal a estados e municípios – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas secretarias do estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 1.427 e aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 1.791, Canoas, R\$ 213, Fortaleza, R\$ 305, em 2017 e em 2016 e Sapucaia do Sul, R\$ 218 em 2017 e R\$ 215 em 2016, valores estes incluídos em ação judicial de cobrança.

d) Depósitos judiciais cíveis – Destinados a garantir pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização. Atualizados pelo índice de correção da poupança.

e) Depósitos judiciais trabalhistas - São para *recursos*, e estão depositados na Caixa Econômica Federal – CEF. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.

f) Créditos a receber de ações judiciais – Oriundas de ações judiciais tributárias de repetição de indébito. Da COFINS está na fase dos precatórios, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS está vinculada ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, referido na nota 11 e dos tributos municipais também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral no valor de R\$ 22.145. Neste processo foi feito um acordo com o Município de Porto Alegre que envolveu a dação em pagamento do terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, já em uso, no valor de R\$ 5.889, a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R\$ 826, o compromisso de construção de duas unidades de saúde no valor de R\$ 8.574 e o saldo de R\$ 6.856 a ser pago em duas parcelas iguais de R\$ 3.428 mais atualização de R\$ 240, uma registrada no ativo circulante a vencer em 07/2018 e outra em 07/2019, bem como de fornecedores referente descumprimento de contratos no valor de R\$ 63.

g) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD - Referem-se à cessão de pessoal a diversas secretarias e municípios do Estado do Rio Grande do Sul e ao município de Fortaleza - CE. Todos com ação judicial de cobrança.

NOTA 8 - ATIVOS CONTINGENTES

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do CFC nº 1.180/09, de 24/07/2009, que aprovou a NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização provável referentes à ação de repetição de indébito originária do processo de imunidade tributária dos impostos federais (IRPJ, IRRF, IOF, IPI e Imposto de Importação) estimados em R\$ 16.088 em 2017 (R\$ 15.443 em 2016).

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

Contas	2017	2016
Participações societárias	9.127	9.127
Em fundos de investimentos – FINOR e FINAM	2.160	2.160
Em outras empresas	89	89
Em outros investimentos - AHPA	6.878	6.878
Perdas estimadas	(3.421)	(3.256)
Em fundos de investimentos	(2.081)	(2.109)
Em outras empresas	(40)	(40)
Em outros investimentos	(1.300)	(1.107)
Total	5.706	5.871

O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se a participação, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Com o objetivo de acompanhar e refletir a possibilidade do cumprimento, ou não da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada, anualmente, provisão ou reversão de perdas com base no patrimônio social da AHPA apurado no balancete de novembro de cada ano, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no artigo 49 do estatuto social da Associação. A perda no investimento da AHPA em 2017 foi de R\$ 193, em 2016 houve reversão de R\$ 863.

Balanco patrimonial e DRE da AHPA	2017	2016
Ativo circulante	1.294	2.877
Ativo não circulante	13.609	14.204
Total do ativo	14.903	17.081
Passivo circulante	2.504	3.380
Passivo não circulante	957	1.219
Patrimônio social	11.442	12.482
Total do passivo e do patrimônio líquido	14.903	17.081
Receitas	15.020	17.572
Despesas	(16.060)	(16.969)
(Déficit) ou superávit do exercício	(1.040)	603
Serviços prestados ao HNSC	7.030	7.944
Roupa processada para o HNSC - quilos	3.195.452,7	3.373.450,2

NOTA 24 - DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao inciso VI do art. 8º da Lei nº 13.303/16 informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Produção/Quantidade	2017	2016	Varição %
Consultas	1.453.664	1.456.373	-0,19
Exames	4.336.307	4.280.626	1,30
Internações	55.931	57.778	-3,20
Cirurgias	33.085	32.489	1,83
Partos	7.200	7.614	-5,44
Indicadores hospitalares			
Média de permanência	7,8 dias	7,9 dias	-0,1 dias
Taxa de ocupação Hospitalar	81,30 %	85,00 %	-3,70
Taxa de mortalidade Hospitalar	4,50 %	4,60 %	-0,10
Valor da Receita Bruta	1.427.537	1.358.704	5,07

Os indicadores acima listados sintetizam a atuação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência a saúde aos usuários do SUS. Desse modo os

dados da produção/quantidade apresentados estão relacionados à capacidade de atendimento e a demanda da população. Quanto ao valor da receita bruta composta pelos valores recebidos da subvenção para custeio, destinada ao pagamento de salários, encargos e indenizações trabalhistas e da receita de prestação de serviços a variação se justifica basicamente pelo acréscimo dos salários por dissídios.

NOTA 25 - CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos (notas 13 e 14) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Adriana Denise Acker
Diretora-Superintendente
CPF nº 542.756.360-15

Mauro Fett Sparta de Souza
Diretor Técnico
CPF nº 208.597.830-49

José Ricardo Agliardi Silveira
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF nº 564.368.820-49

Rozinha Topanotti Trentin
Contadora - CRC/RS 41.119
CPF nº 257.247.890-00

3 - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Acionista do
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.** (Hospital), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Hospital, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 25 às demonstrações contábeis, que descreve os efeitos do montante de R\$ 3.090.842 mil negativos de patrimônio líquido gerado por prejuízos, determinando que para garantir a viabilidade econômica do Hospital, se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos repassadas pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos referidos na nota explicativa número 13 e 14. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração do Hospital, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Contábeis do Hospital. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 10 de fevereiro de 2017 sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Hospital é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Integrado. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Integrado e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Integrado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório Integrado, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Hospital é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Hospital continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Hospital ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Hospital são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Hospital.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Hospital. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Hospital a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

Porto Alegre, RS, 26 de janeiro de 2018.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC/RS 30.361

4 - PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do RELATÓRIO INTEGRADO, e das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, do Relatório do Auditor Independente - Exacto Auditoria Sociedade Simples, tudo referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, **DECIDE**, por maioria de votos (abstenção do Suplente do Conselheiro Representante dos empregados), recomendar, à Assembleia Geral de Acionistas, a aprovação das Contas do exercício de 2017, do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. - CNPJ nº 92.787.118/0001-20, por estarem formalmente adequadas.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2018.

Alberto Beltrame
Presidente do Conselho de Administração

Adriana Denise Acker
Conselheira de Administração

Elvira Mariane Schulz
Conselheira de Administração

Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho
Conselheiro de Administração

5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame do RELATÓRIO INTEGRADO e das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações, elaborado pela empresa Exacto Auditoria S/S - Auditores Independentes, datado de 26 de janeiro de 2018, sem ressalvas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade de votos, é de opinião que os referidos documentos societários refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A..

Registre-se, outrossim, que este Colegiado, por unanimidade, é favorável à transferência do Resultado do Exercício de 2017 para a conta de Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido.

Porto Alegre, 02 de março de 2018.

Antônio Carlos Figueiredo Nardi
Conselheiro Fiscal

Aronaldo Bomfim Rosendo
Conselheiro Fiscal

Mauricio Cardoso Oliva
Conselheiro Fiscal